

# As deslocações casa-escola nas cidades

Rui Manuel Amaro Alves  
Docente do IPCB e Coordenador do Projecto

28

Os constantes alertas sobre a evolução do ambiente e as alterações climáticas, produzidos por organizações internacionais a partir dos anos 70, com o Clube de Roma e a obra “Os Limites do Crescimento”, tornaram a sociedade cada vez mais sensível aos apelos do desenvolvimento sustentável. Os sinais crescentes da degradação ambiental do planeta terra e da qualidade de vida das populações são cada vez mais evidentes. O desenvolvimento sustentável, enquanto via alternativa ao processo de desenvolvimento em curso, tem vindo a ser progressivamente adoptado pelas famílias, empresas, instituições e poderes políticos.

A temática mobilidade e transportes está no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Os transportes motorizados constituem uma das fontes de poluição mais importantes em termos de emissões de gases e partículas com efeito de estufa e de poluição sonora e o principal factor de degradação da qualidade do ar e, consequentemente, da qualidade de vida

nas cidades. A procura de padrões de mobilidade mais sustentáveis constitui um dos vectores principais da acção governativa ao nível da União Europeia e dos governos centrais, regionais e locais.

Nas Estratégias Europeias e Nacionais de Desenvolvimento Sustentável e nos Planos/Programa de Alterações Climáticas a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável constitui um objectivo claramente assumido, no quadro das preocupações ambientais. O Livro Branco sobre a política europeia de transportes e o Livro Verde Por uma Nova Cultura de Mobilidade Urbana e o Plano de Acção para a Mobilidade Urbana definem uma agenda para a mobilidade urbana, propondo formas de responsabilização das autoridades locais, regionais e nacionais, através de um conjunto de desafios prioritários. Ao nível nacional os governos desenvolveram a agenda para a mobilidade urbana nos Planos/Estratégias Nacionais de Transportes e as autarquias locais

desenvolveram Planos Locais de mobilidade urbana sustentável.

Um padrão de mobilidade será tanto mais sustentável quanto maior for a redução do consumo de combustíveis fósseis, de emissões de gases e partículas com efeito de estufa, dos níveis de ruído e dos recursos financeiros que lhe são afectos e quanto mais elevada for a inclusão social e a equidade entre os cidadãos, o que só é possível com uma utilização crescente dos modos suaves (sobretudo deslocações a pé e em bicicleta) e dos transportes colectivos e uma penalização do uso do transporte individual motorizado.

A procura de padrões de mobilidade urbana mais sustentáveis encontra nas deslocações casa-escola e casa-emprego vectores privilegiados de actuação. As estratégias definidas para intervir nestes domínios são muito diversificadas e podem envolver todos os níveis de governo (centrais, regionais e locais) organizações não governamentais e as comunidades escolares.

As deslocações para a escola, pelos impactes ambientais, económicos e sociais que geram, constituem um problema inevitável para as cidades, cuja solução se insere na esfera de toda comunidade escolar (governo, autarquias, gestão das escolas, pais, alunos e familiares).

Nos países mais desenvolvidos os governos criaram legislação que obriga à elaboração de Planos Mobilidade Empresa/Instituição e Planos Mobilidade Escola (PME), programas específicos de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento destes planos mobilidade. Os PME têm como objectivos centrais a redução de consumos energéticos e de emissões de poluentes e a promoção de deslocações mais sustentáveis para a escola, incentivado o uso dos modos suaves e dos transportes colectivos em detrimento do uso do transporte individual

motorizado (o carro).

As estratégias adoptadas nos planos e assumidas pelas instituições contêm instrumentos de natureza muito diversa, consoante as faixas etárias dos alunos. Podem incluir acções de sensibilização e persuasão, proibição, taxaço ou condicionamento de estacionamento no interior e em redor dos estabelecimentos, organização de linhas de transportes escolares, podendo ou não servir a população em geral na cidade, intervenção sobre a circulação do tráfego urbano (alteração dos tempos dos semáforos com vista a favorecer os estudantes e peões e penalizar os automobilistas, proibição da circulação automóvel em certos períodos do dia em ruas onde existem escolas, etc.), organização de "autocarros" de peões ("Pedibus"), organização e estímulo aos sistemas de partilha de carros ("carpooling"), intervenções ao nível das infra-estruturas de transporte (criação de ciclovias, alargamento de passeios, uso de materiais e pavimentos diferenciados), entre outros.

São as comunidades escolares que elaboram os seus planos de mobilidade, em conjunto com as autarquias, normalmente com apoio técnico externo. Algumas medidas e acções são da responsabilidade das escolas e outras das autarquias locais que ficam encarregues de realizar as obras no espaço público definidas nos PME. Normalmente, os governos centrais e regionais comparticipam financeiramente essas obras.

A elaboração de PME para os campus universitários e para as escolas dos diversos níveis de ensino é uma prática corrente na maioria das cidades dos países desenvolvidos.

Em Portugal, tal como em muitos outros sectores, o atraso é notório embora seja amplamente reconhecida a necessidade de intervir neste domínio. As deslocações casa-escola ainda não tiveram grande eco

na agenda política tanto ao nível do Governo Central como das Autarquias Locais, como das próprias escolas, embora existam possibilidades de financiamento através do QREN e de programas comunitários.

Quanto ao enquadramento estratégico, o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – Portugal Eficiência, 2015, estabelece a obrigatoriedade da elaboração de Planos de Mobilidade para os Centros Empresariais / Office Parks ou Parques Industriais com mais de 500 trabalhadores, onde supostamente poderão encaixar os PME das escolas que tenham esta dimensão. A proposta de Plano Estratégico de Transportes 2008-2020, em fase de aprovação, não atribui importância específica às questões das deslocações casa-escola. A Assembleia da República recomendou ao governo a elaboração de um “Plano nacional de promoção da bicicleta e outros modos de transporte suaves” onde é colocada ênfase na formação e sensibilização em contexto escolar para utilização destes modos, abrindo-se aqui uma janela de oportunidade para recentrar a problemática no seio da mobilidade sustentável.

Em termos operacionais, são conhecidos poucos casos em que se tentou promover deslocações mais sustentáveis para a escola. Quanto a estudos e projectos-piloto é de referir alguns trabalhos sobre as deslocações no Pólo Universitário II em Coimbra, na UTAD e ESTG de Leiria. Este último integrado no quadro do projecto europeu “T.aT - Studens Today, Citizens Tomorrow, financiado pelo programa europeu Intelligent Energy – Europe (IEE).

Quanto a soluções implementadas ou em fase de implementação é de salientar a tentativa de promover um sistema público de bicicletas nas Universidades do Minho, Porto e Lisboa (Bicicleta de Utilização Estudantil – BUTE), e as acções desenvolvidas no âmbito

do projecto “T.aT”. Ao nível das deslocações casa-escola de outros níveis de ensino é de salientar a iniciativa PEDIBUS, acção-piloto promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, a elaboração de PME nos municípios de Almada, Barreiro e Loures e o serviço de transportes colectivo para crianças (Bus’ina) lançado pela parceria EMEL/Easy Bus na cidade de Lisboa.

A Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do seu Programa Ambiente decidiu privilegiar a Mobilidade Sustentável enquanto prioridade temática, no ano de 2009. Dos três projectos seleccionados e financiados no âmbito do concurso do programa dois incidem sobre as deslocações casa-escola (um na cidade de Castelo Branco e outro em 3 município da Área Metropolitana de Lisboa) e outro é complementar com eles (modos suaves e segurança rodoviária).

O projecto “Deslocações para a escola na cidade de Castelo Branco.

Por uma Mobilidade mais sustentável” tem como parceiros iniciais a Escola Superior de Tecnologia, a Câmara Municipal e a Rodoviária da Beira Interior. Entretanto, outras instituições também já aderiram (Governo Civil e PSP) e quase todas as escolas fazem parte do projecto embora umas com mais entusiasmo que outras.

Na cidade de Castelo Branco, com cerca de 30 000 habitantes, mais de 12 000 alunos frequentam diariamente 45 estabelecimentos de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao superior, dispersos pela malha urbana. Estima-se que as deslocações diárias para as escolas / politécnico afectem directamente mais de 16 000 pessoas (mais de 50% da população residente).

Num trabalho desenvolvido, em 2008, por alguns alunos da Escola Secundária Amato Lusitano de Castelo Branco, no quadro do programa Cidades Criativas, designado,

“Uma Cunha para o Futuro”, foram realizados 140 inquéritos a alunos, professores e funcionários deste estabelecimento de ensino. As emissões diárias de dióxido de carbono decorrentes das deslocações casa-escola, referentes a este estabelecimento de ensino, foram estimadas em cerca de 2200 kg.

A Castelo Branco (às suas escolas, à autarquia e à comunidade escolar local) foi dada oportunidade de poder reflectir sobre esta temática e promover deslocações para a escola mais sustentáveis. Às instituições de ensino a sociedade exige que desenvolvam consciência e responsabilidade ambiental e que abracem sem hesitações e ambiguidade os desafios da sustentabilidade. À autarquia e aos outros poderes públicos exige-se visão de futuro e a adopção de boas práticas desenvolvidas em outras cidades do mundo. A sustentabilidade é muito mais que um jogo de palavras; é um desafio que envolve mudança de atitudes e de comportamentos e uma actuação reflectida e consistente com os objectivos do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável não depende apenas dos outros. A promoção da mobilidade urbana sustentável não é apenas um desafio para os outros.

As cidades criativas e as instituições inteligentes antecipam os problemas e promovem de forma contínua as inovações e as adaptações sociais e tecnológicas necessárias à sua resolução e à mudança desejável.

O projecto em desenvolvimento na cidade de Castelo Branco sobre a promoção de uma mobilidade mais sustentável nas deslocações casa-escola pretende desenvolver 5 objectivos fundamentais, envolvendo a comunidade. Em primeiro lugar, o de promover uma abordagem inovadora da problemática ao nível da cidade e das instituições de ensino. O segundo, conhecer os padrões de deslocação da comunidade escolar na cidade e as barreiras que se colocam a um modelo mais sustentável. O terceiro, informar, sensibilizar e divulgar boas práticas que conduzam à adopção de padrões de mobilidade mais sustentáveis. O quarto, tentar criar soluções que promovam padrões de mobilidade mais sustentáveis, aproximar os actores envolvidos, apoiar essas soluções do ponto de vista técnico e científico e medir os seus impactes do ponto de vista da sustentabilidade. Finalmente, é que este projecto possa ser transferido, pelo menos em parte, para outros contextos urbanos.

